

Aula 05

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Direito Processual Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:

Marcella Mendes

29 de Maio de 2025

Índice

1) O que é mais cobrado dentro do assunto - Competência - Concursos	3
2) Roteiro de revisão - Competência	4
3) Aposta estratégica - Competência	27
4) Questões estratégicas - Competência - Instituto AOCF	29
5) Questionário de revisão - Competência -	35
6) Lista de Questões estratégicas - Competência - Instituto AOCF	42



O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os assuntos que compõem nossa aula, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança nos concursos
Aspectos gerais da competência	8,52%
Da competência pelo lugar da infração	21,05%
Da competência pelo domicílio ou residência do réu	8,39%
Da competência pela natureza da infração	10,52%
Da competência por distribuição	5,26%
Da competência por conexão ou continência	20,31%
Da competência por prevenção	15,7%
Da competência pela prerrogativa de função	10,25%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

1. As bancas, em regra, apresentam questões objetivas redigidas de forma clara e direta, cobrando tanto o texto legal quanto aspectos doutrinários e jurisprudenciais. No entanto, a ênfase continua sendo a "lei seca". Assim, recomendamos a leitura atenta dos artigos 69 a 91 do Código de Processo Penal. Leia e releia esses dispositivos, prestando atenção aos seguintes pontos e buscando memorizá-los gradualmente. A memorização virá com o tempo, então não se preocupe em decorar tudo de uma vez.

2. Introdução. Em poucas palavras, jurisdição significa aplicar o direito ao caso concreto, sendo essa uma função exercida principalmente pelo Poder Judiciário. Segundo Renato Brasileiro de Lima, no contexto específico da jurisdição penal, onde há a intenção punitiva do Estado, inerente ao ius puniendi, e, por outro lado, o direito de liberdade do cidadão, o conteúdo da causa penal deve se restringir à verificação da materialidade de fato típico, ilícito e culpável, à determinação da respectiva autoria, e à incidência ou não da norma penal incriminadora.

Embora todos os juízes possuam **jurisdição**, nem todos podem julgar qualquer causa que lhes seja apresentada. Isso ocorre porque, no âmbito interno do Poder Judiciário, a jurisdição encontra limite na **competência**, de modo que cada órgão jurisdicional somente pode aplicar o direito objetivo dentro dos limites que lhe foram conferidos nessa distribuição por meio da competência.

Diretamente atrelado à competência está o princípio do juiz natural, que, embora não tenha previsão específica na Constituição, pode ser deduzido das disposições dos artigos 5º, incisos XXXVII e LIII, da CF/88. Estes versam, respectivamente, sobre a impossibilidade de haver um juízo ou tribunal de exceção e sobre a garantia de que ninguém será processado ou sentenciado senão



pela autoridade competente. O princípio do juiz natural deve ser compreendido como o direito que cada cidadão tem de saber previamente qual autoridade irá processá-lo e julgá-lo caso venha a praticar uma infração penal. Ou seja, é aquele constituído antes do fato delituoso a ser julgado, mediante regras taxativas de competência.

Dito isso, você pode se perguntar se a introdução de uma norma processual que modifica a competência poderia questionar o princípio do juiz natural, considerando sua aplicação imediata. Já adiantamos que não. A jurisprudência consolidada entende que uma norma que eventualmente modifique a competência de um juízo para processar e julgar determinada matéria não cria um juízo ou tribunal de exceção, o que é expressamente vedado pela Constituição Federal. Em vez disso, haverá uma redistribuição de processos de acordo com uma nova organização judiciária, objetivamente definida em lei, com aplicação genérica e abstrata, e não uma remessa de autos determinada por critérios subjetivos, específicos e direcionados a um processo em particular.

3. Espécies de competência. A competência pode ser definida em razão da matéria, da pessoa ou do lugar, bem como pode ser funcional. Essas competências, por sua vez, são qualificadas como absolutas ou relativas.

A **competência absoluta**, em termos práticos, é aquela que tem origem em norma constitucional e tutela interesse público. Não admite modificações e é improrrogável. Um ato praticado por um juiz absolutamente incompetente estará dotado de nulidade absoluta, podendo essa nulidade ser suscitada a qualquer tempo, mesmo depois do trânsito em julgado, se for favorável ao réu.

Atenção a este ponto: se a nulidade absoluta prejudicar a situação do réu ou condenado depois do trânsito em julgado da decisão, não poderá ser motivo para revisão criminal, já que não existe, no processo penal, revisão criminal *pro societate*. Por exemplo, imagine que houve uma sentença absolutória proferida por um juízo absolutamente incompetente e essa decisão tenha transitado em julgado. Nesse caso, o órgão acusador não poderá propor uma revisão criminal com a alegação de nulidade absoluta (feito processado perante juiz absolutamente incompetente). Não há essa possibilidade e sequer é possível processar e julgar novamente essa pessoa pelos mesmos fatos



diante do juiz verdadeiramente competente. Ademais, o prejuízo, em se tratando de competência absoluta, é presumido.

São **absolutas** as seguintes competências: em razão da matéria, em razão da pessoa e a funcional.

A **competência relativa**, por sua vez, segundo Renato Brasileiro de Lima, é fixada pelas regras infraconstitucionais que atendem ao interesse preponderante das partes, seja para facilitar ao autor o acesso ao Judiciário, seja para propiciar ao réu melhores oportunidades de defesa. Por esse motivo, essa espécie de competência admite prorrogação e modificação e gera uma nulidade relativa, sendo necessária a comprovação do prejuízo dela advindo (*pas de nullité sans grief*).

São relativas as **competências territoriais** (e suas derivações, como, por exemplo, a competência por prevenção, a competência por distribuição e a competência por conexão ou continência).

No CPP, o tema afeto à competência está regulado pelos artigos 69 a 91 e, para iniciarmos o estudo pormenorizado de cada uma delas, consideraremos a norma introdutória do assunto.

Art. 69. Determinará a competência jurisdicional:

I - o lugar da infração;

II - o domicílio ou residência do réu;

III - a natureza da infração;

IV - a distribuição;

V - a conexão ou continência;

VI - a prevenção;

VII - a prerrogativa de função.

OBSERVAÇÃO: existe diferença entre “foro competente” e “juízo competente”?

Sim.



- FORO COMPETENTE: competência territorial.

- JUÍZO COMPETENTE: órgão jurisdicional.

Ex. houve um homicídio doloso dentro do Estádio Serra Dourada, em Goiânia/GO. O foro competente, nesse caso, será a Comarca de Goiânia. O juízo competente, por outro lado, será o Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia.

- MAIS DE UM FORO COMPETENTE: resolve-se o conflito pela prevenção.

- MAIS DE UM JUÍZO COMPETENTE: resolve-se o conflito pela distribuição.

3. Competência territorial.

3.1. Competência em razão do lugar da infração. Esta competência leva em consideração a teoria do resultado, isto é, o lugar da infração é o local onde ocorreu a consumação do delito ou, no caso de tentativa, o lugar em que foi praticado o **último ato de execução**.

No entanto, é importante observar que, no caso de crimes contra a vida (sejam eles dolosos ou culposos), excepcionalmente, se os atos de execução ocorrerem em um lugar e a consumação se der em outro (por exemplo, se uma pessoa disparar tiros em outra em um bar na cidade de Niterói/RJ e a vítima, levada ao hospital do Rio de Janeiro/RJ, vier a falecer), a competência para julgar o fato será do local onde foi praticada a conduta (Niterói), adotando-se, nesse caso, a teoria da atividade. Isso ocorre porque, no local onde se deu a execução, há maior possibilidade de reunir elementos de prova e informações sobre a dinâmica do delito (STF, Informativo nº 715).



Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

§ 1º Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

§ 2º Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.

§ 3º Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

Os parágrafos primeiro e segundo abordam hipóteses de **crimes à distância**, em que a ação ou a consumação ocorrem **fora do território nacional**.

O parágrafo terceiro, por sua vez, trata do **crime plurilocal**, ou seja, quando a ação e a consumação ocorrem **dentro do território nacional**, mas em locais diversos.

OBSERVAÇÃO: Em relação aos crimes à distância (§§ 1º e 2º do art. 70 do CPP), a competência para processá-los e julgá-los será da Justiça Federal quando estiverem, via de regra, previstos em tratados ou convenções internacionais (art. 109, V, CF/88). No entanto, conforme definido pelo Informativo de Jurisprudência nº 636 do Superior Tribunal de Justiça, se o crime à distância não estiver previsto em tratado ou convenção internacional, mas o Brasil se obrigou a reprimir essas condutas por meio desses instrumentos, a competência continuará sendo da Justiça Federal. No caso analisado, um ex-namorado, residente nos Estados Unidos, fazia ameaças via Facebook à ex-namorada que residia no Brasil.



Vejamos algumas situações práticas (e, por vezes, confusas, que podem levar o candidato a cometer erros), que foram simuladas pelos tribunais superiores e são frequentemente cobradas em diversos certames:

- ~~Súmula 521, STF. O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.~~ (Superada pela Lei 14.155 de 2021)
- ~~Súmula 244, STJ. Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.~~ (Superada pela Lei 14.155 de 2021)
- Súmula 48, STJ. Compete ao juízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.

Competência para julgar o crime de estelionato. A competência para o julgamento de crimes de estelionato pode variar conforme a modalidade do crime e as circunstâncias específicas de sua prática. O estelionato é tipificado no artigo 171 do Código Penal e pode se manifestar de diversas formas, como o depósito fraudulento, a emissão de cheque sem fundo, o pagamento frustrado e a transferência de valores indevidos. Abaixo, apresento uma análise da competência de julgamento para cada uma dessas modalidades.



ESTELIONATO		
Praticado mediante depósito, emissão de cheque sem fundos em poder do sacado ou mediante transferência de valores.	Alteração promovida pela Lei nº 14.155/2021	<p><u>Antes da lei:</u> a competência para julgar seria do juízo do local onde se situa a agência bancária que recusou o pagamento.</p> <p><u>Depois da Lei:</u> a competência passou a ser do local do domicílio da vítima.</p> <p>Art. 70. (...)</p> <p>§ 4º Nos crimes previstos no Código Penal, quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida pelo local do domicílio da vítima, e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.</p>
Praticado mediante falsificação de cheque	Competência do local em que foi RECEBIDA A VANTAGEM ILÍCITA (onde o agente conseguiu "descontar"/sacar o cheque)	<p>Súmula 48 do STJ: 'Compete ao Juízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.'</p> <p>Nessa hipótese, nenhuma mudança foi operada pela Lei nº 14.155/2021. A Súmula 48 do STJ manteve-se válida com a novidade legislativa.</p>



3.2. Competência em razão da residência ou domicílio do réu. Esta competência se aplica quando não é possível identificar o local da infração. Atenção: não se deve confundir essa situação com a hipótese prevista no art. 70, §3º, do CPP, em que a competência é determinada pela prevenção. No caso do art. 70, §3º, sabe-se onde foi praticada a infração, mas não se sabe exatamente a qual jurisdição pertence esse local (em razão de divisas ou limites entre jurisdições). Já na competência em razão da residência ou domicílio do réu, o local da infração sequer é conhecido.

Além disso, a competência em razão da residência ou domicílio do réu também será aplicada nos casos de ação penal privada (e aqui não se refere à ação privada subsidiária da pública), mesmo quando o local da infração é conhecido. Trata-se de uma hipótese de **foro de eleição**, ou seja, a faculdade que o querelante tem de escolher o foro para a propositura da ação.

Art. 72. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

§ 1º Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela prevenção.

§ 2º Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.

Art. 73. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.



3.3. Competência em razão da natureza da infração. De acordo com o art. 74 do CPP, a competência em razão da natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo nos casos de competência privativa do Tribunal do Júri.

Art. 74. A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.

§ 1º Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados.

§ 2º Se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a este será remetido o processo, salvo se mais graduada for a jurisdição do primeiro, que, em tal caso, terá sua competência prorrogada.

§ 3º Se o juiz da pronúncia desclassificar a infração para outra atribuída à competência de juiz singular, observar-se-á o disposto no art. 410; mas, se a desclassificação for feita pelo próprio Tribunal do Júri, a seu presidente caberá proferir a sentença (art. 492, § 2º).

As leis de organização judiciária, por exemplo, podem definir uma vara para julgar exclusivamente crimes patrimoniais em uma determinada localidade, ou pode haver varas especializadas para julgar crimes de violência doméstica, crimes relacionados a entorpecentes, entre outros. Entretanto, o legislador infraconstitucional não pode retirar do Tribunal do Júri a competência para processar e julgar os crimes dolosos contra a vida, uma vez que essa competência é fixada constitucionalmente pelo art. 5º da Constituição Federal, sendo, inclusive, uma cláusula pétrea.

Por outro lado, o legislador infraconstitucional pode ampliar a competência do Júri? Sim. Inclusive, isso já foi feito pelo Código de Processo Penal no art. 78, I, que estabelece que o Júri é competente para julgar não apenas os crimes dolosos contra a vida, mas também aqueles que lhe forem conexos.



A competência do Tribunal do Júri já gerou importantes súmulas que são frequentemente cobradas em provas:

Súmula 603, STF. A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do tribunal do júri.

Latrocínio é o crime de roubo seguido de morte. Mesmo que o resultado morte decorra de dolo do agente, o latrocínio continua sendo considerado um crime contra o patrimônio e não um crime contra a vida, razão pela qual não atrai a competência do Tribunal do Júri.

Súmula vinculante 45, STF. A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função, estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.

▪

Como mencionado, a competência do Tribunal do Júri é fixada pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, XXXVIII. Contudo, a própria Constituição também estabelece competência por prerrogativa de função em determinados casos. Isso significa que as pessoas que ocupam determinados cargos ou funções só serão processadas e julgadas criminalmente (não se aplicando a processos cíveis) em foros privativos colegiados, como o STF, STJ e Tribunais de Justiça.

Quando a competência por prerrogativa é prevista pela Constituição Federal, ela prevalece sobre a competência do Tribunal do Júri. No entanto, as constituições estaduais podem reproduzir normas da Constituição Federal. Se uma constituição estadual reproduzir uma norma de prerrogativa de função da Constituição Federal (como a que prevê que os prefeitos serão julgados pelo Tribunal de Justiça), a competência do Tribunal de Justiça prevalecerá, mesmo que a autoridade (no caso, o prefeito) pratique um crime doloso contra a vida.



A Constituição Federal autoriza que as Constituições Estaduais fixem a competência de seus respectivos tribunais (art. 125, §1º), possibilitando que tais constituições criem novas hipóteses de foro por prerrogativa de função além daquelas previstas na Constituição Federal e reproduzidas na Carta Estadual, desde que haja correlação entre o foro criado pela constituição estadual e os foros por prerrogativa na Constituição Federal. Por exemplo, suponha que a Constituição Estadual preveja que os vereadores tenham foro por prerrogativa no Tribunal de Justiça. Como essa previsão não está na CF/88, trata-se de uma competência estabelecida exclusivamente pela Constituição Estadual (mas com correlação aos deputados, integrantes do Poder Legislativo). Assim, se um vereador praticar um crime doloso contra a vida, ele deverá ser processado e julgado perante o Tribunal do Júri, e não perante o Tribunal de Justiça. Nesse caso, como o foro por prerrogativa foi fixado exclusivamente pela Constituição Estadual, prevalecerá a competência do Tribunal do Júri, conforme entendimento estabelecido na Súmula Vinculante nº 45 do STF.

OBSERVAÇÃO: O crime de genocídio é de competência do juiz singular ou do Tribunal do Júri? Segundo o STF, o genocídio, por si só, é de competência do juiz singular, pois é um crime contra a raça ou etnia e não um crime doloso contra a vida. No entanto, uma das formas de se praticar o genocídio é através da morte dos membros do grupo. Nesse caso, de acordo com o STF, havendo concurso formal de crimes (genocídio e homicídio), a competência será do Tribunal do Júri. Exemplo: Massacre de Haximu, em Boa Vista, Roraima (RE 351487).

3.4. Competência em razão da distribuição. É importante ter em mente que a competência em razão da distribuição não se confunde com a competência em razão da prevenção. Na competência por distribuição, não há dúvida quanto à competência territorial, mas, dentro da comarca, existem mais de um juiz competente.



Já na competência por prevenção, há a definição da própria competência territorial.

Art. 75. A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.

Parágrafo único. A distribuição realizada para o efeito da concessão de fiança ou da decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa prevenirá a da ação penal.

É importante salientar também, em relação a essa espécie de competência, que os atos praticados em regime de urgência — como nos plantões — não se prestam para defini-la, pois permitiria à parte “escolher” o juízo que mais lhe conviesse.

3.5. Competência em razão da prevenção. Prevento será o juiz que primeiro praticar algum ato do processo, ainda que anterior à denúncia.

Art. 70, § 3º Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

Art. 71. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

3.6. Competência em razão da conexão ou continência. Na conexão, obrigatoriamente tem-se duas ou mais infrações. Já na continência, haverá uma infração com pluralidade de agentes ou uma ação com uma pluralidade de resultados. Tenha isso em mente:

- Conexão = duas ou mais ações.

- Continência = UMA ação com pluralidade de agentes ou de resultados.



3.6.1. Conexão: Como a conexão necessariamente engloba duas ou mais ações, certo é que entre elas há um nexó lógico de ligação. Esse nexó, por sua vez, pode se dar pelo próprio fato ou pelas provas que dele decorrerem.

Art. 76. A competência será determinada pela conexão:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

3.6.1.1. Conexão intersubjetiva (substantiva): Trata-se da hipótese do inciso I do art. 76 e subdivide-se em três categorias: conexão intersubjetiva por simultaneidade, conexão intersubjetiva por concurso e conexão intersubjetiva por reciprocidade.

- **Por simultaneidade:** Refere-se à primeira parte do inciso I do art. 76: "ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas". **Não há um ajuste prévio de vontades, nem liame subjetivo ou concurso de agentes.** Diante de uma situação fática, várias pessoas, ao mesmo tempo, praticam infrações penais simultaneamente. Exemplo: saque e depredação.
- **Por concurso:** Refere-se à segunda parte do inciso I do art. 76: "ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, (...), por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar". Neste caso, **existe uma divisão de tarefas e concurso de pessoas**, ainda que as infrações não sejam praticadas ao mesmo tempo nem no mesmo



lugar. Exemplo: João subtrai um banco à noite. Antônio fornece os explosivos, e Fernando fornece um passaporte falso para que João possa sair imediatamente do país. Assim que João comete o crime, Gerson, que o aguardava em um carro estacionado na rua paralela, o leva até o aeroporto. Embora as infrações não ocorram no mesmo lugar e nem no mesmo momento, todas estão interligadas por um nexo, que é o concurso de agentes.

- **Por reciprocidade:** Refere-se à última parte do inciso I do art. 76: “ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, (...), por várias pessoas, umas contra as outras”. Exemplo: brigas entre torcidas.

OBSERVAÇÃO: Há uma posição que defende que a rixa seja um caso de conexão por reciprocidade. No entanto, o posicionamento majoritário refuta essa ideia, pois considera a rixa um crime único (não há a necessária pluralidade de infrações para verificar a conexão — lembre-se: conexão = duas ou mais infrações).

3.6.1.2. Conexão objetiva (substantiva): Trata-se da hipótese do inciso II do art. 76, que se subdivide em dois tipos principais: teleológica e consequencial.

A conexão objetiva teleológica ocorre quando uma infração é praticada com a intenção de facilitar a prática de outra. Exemplo: para estuprar a mulher, o agente desferiu uma paulada na cabeça do namorado, que desmaiou. Nesse caso, o agente cometeu o crime de lesão corporal para facilitar a prática do estupro.

Por outro lado, a conexão objetiva consequencial se verifica quando uma infração é cometida para ocultar, garantir impunidade ou obter vantagem em relação a outra infração (ou a qualquer delas).

3.6.1.3. Conexão probatória ou instrumental (processual): Refere-se ao inciso III do art. 76, ou seja, quando a prova de uma infração ou de suas circunstâncias elementares influencia a prova de outra infração.



Enquanto as conexões intersubjetiva e objetiva são conexões substantivas, apresentando um nexo entre os fatos, a conexão probatória não necessariamente envolve esse nexo entre os fatos. Na conexão probatória, o nexo é primordialmente entre as provas, e por isso essa conexão também é chamada de processual.

3.6.2. Continência: A continência não deve ser confundida com a conexão. A continência ocorre quando há uma única infração, mas com pluralidade de agentes ou pluralidade de resultados.

Art. 77. A competência será determinada pela continência quando:

I - duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração;

II - no caso de infração cometida nas condições previstas nos arts. 51, § 1º, 53, segunda parte, e 54 do Código Penal.

3.6.2.1. Continência por cumulação subjetiva: Refere-se à previsão do inciso I do art. 77 do CPP, ou seja, quando há uma única infração com pluralidade de agentes. (CUIDADO! Se houver duas infrações, será conexão.)

3.6.2.2. Continência por cumulação objetiva: Diz respeito à previsão do inciso II do art. 77 do CPP, quando uma única ação resulta em uma pluralidade de resultados. Contudo, a redação do art. 77, II, está defasada, pois ainda remete aos artigos do Código Penal anteriores à reforma de 1984. Portanto, onde se lê arts. 51, § 1º, 53 (segunda parte) e 54 do CP, deve-se ler arts. 70 (concurso formal), 73 (erro na execução – aberratio ictus) e 74 (resultado diverso do pretendido) do CP.

O estudo da conexão e continência não se limita a esse ponto. Em ambos os casos, devem ser observadas as regras do art. 78 do CPP, pois nem sempre as infrações cometidas serão da mesma



categoria ou natureza. Mesmo quando forem, como nas hipóteses do inciso II, regras de prevalência de foro devem ser observadas caso os crimes sejam cometidos em localidades diversas.

Art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

I - no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri;

II - no concurso de jurisdições da mesma categoria:

a) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave;

b) prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade;

c) firmar-se-á a competência pela prevenção, nos outros casos;

III - no concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação;

IV - no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta [a especial].

Via de regra, a conexão e a continência implicam a reunião de processos e julgamento, mas nem sempre será assim, conforme expressa previsão legal.

Inicialmente, apesar da conexão ou continência, se forem instaurados processos distintos, a autoridade de jurisdição prevalente deverá avocar os processos que correm perante outros juízes, salvo se já tiverem sentença definitiva (sentença de mérito, não exigido o trânsito em julgado). Nesse caso, a unidade dos processos só ocorrerá ulteriormente para efeito de soma ou unificação das penas (art. 82 do CPP).



A quebra da unidade processual e de julgamento também ocorrerá nos seguintes casos:

SEPARAÇÃO FACULTATIVA	SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA
Quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes (art. 80, primeira parte, CPP)	Concurso entre a jurisdição comum e a militar (art. 79, I, CPP)
Quando, pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação. (art. 80, segunda parte, CPP).	Concurso entre a jurisdição comum e o juízo de menores (art. 79, II, CPP).
	Quando sobrevier doença mental em relação a um corréu (art. 79, §1º c/c art. 152, CPP). Logo, em relação ao réu a quem sobreveio doença mental, o processo ficará suspenso até que se restabeleça. Em relação aos demais réus, segue normalmente o processo e julgamento.
	Quando houver corréu foragido que não possa ser julgado à revelia (art. 79, §2º c/c art. 366, CPP).
	Quando não houver número mínimo de jurados no Tribunal do Júri (estouro de urna – art. 469, § 1º, CPP).

3.7. Competência em razão da prerrogativa de função: A competência por prerrogativa de função não é estabelecida em virtude da pessoa que exerce determinada função, mas sim como instrumento para resguardar a função desempenhada pelo agente. Não se trata de um privilégio pessoal, mas sim de um mecanismo destinado a proteger a função, razão pela qual é predominante o entendimento de que não há qualquer ofensa ao princípio da isonomia. Essa competência se aplica exclusivamente a questões criminais (cuidado! Questões cíveis, como as de improbidade administrativa, não atraem competência por prerrogativa de função).



A prerrogativa de função também vincula a fase pré-processual, de modo que a autoridade policial não pode proceder ao indiciamento sem prévia autorização do Tribunal competente; essa autorização também é necessária para a própria instauração do inquérito policial.

Inicialmente, quanto à competência por prerrogativa de função, o Supremo Tribunal Federal adotava a regra da contemporaneidade, segundo a qual a competência por prerrogativa de função deve ser preservada se a infração penal tiver sido cometida durante o exercício da função. Esse entendimento foi consolidado na Súmula nº 394 do STF: "Cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício."

No entanto, esse entendimento foi posteriormente modificado. A Constituição Federal não confere tal extensão ao foro por prerrogativa, de modo a abranger também quando a autoridade deixa de ocupar o cargo ou a função, por qualquer motivo. Isso, na verdade, assemelhava-se mais a um privilégio do que a uma prerrogativa de função propriamente dita, levando o STF a abandonar a regra da contemporaneidade e adotar a regra da atualidade.

De acordo com a regra da atualidade, conforme Renato Brasileiro, se o agente cometeu um delito antes do exercício da função (ou da diplomação), a competência seria automaticamente alterada a partir do momento em que o acusado ingressasse no exercício da função (ou fosse diplomado), mesmo que o crime não estivesse relacionado às funções desempenhadas. Pela regra da atualidade, o agente tem direito ao foro por prerrogativa de função enquanto estiver exercendo a função. Com o término da função, cessa o direito ao foro.

Apesar disso, embora a regra da atualidade tenha vigorado por anos, no julgamento da Ação Penal 937, o Supremo Tribunal Federal passou a entender que a aplicação da competência por foro por prerrogativa deveria ser limitada (interpretação restritiva das normas constitucionais que elencam as hipóteses de foro por prerrogativa), retornando à adoção da regra da contemporaneidade, com algumas adaptações. Passou, então, a se entender que o foro por prerrogativa de função deveria ser aplicado exclusivamente aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às



funções desempenhadas, havendo prorrogação da competência após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais. Após esse momento, a competência para processar e julgar ações penais não deveria mais ser afetada pelo fato de o agente público ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, independentemente do motivo.

Todavia, em novo entendimento no ano de 2025 (HC 232.627/DF), o STF alterou novamente sua interpretação acerca da prerrogativa de foro, de modo a se aproximar, mais uma vez da chamada regra da contemporaneidade. **Atualmente, entende a Suprema Corte que a prerrogativa de foro para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão da função subsiste mesmo após o afastamento do cargo, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois de cassado seu exercício.** O intuito dessa nova orientação é assegurar a imparcialidade, a independência do julgamento e inibir deslocamentos que resultem em lentidão, ineficácia e até mesmo prescrição das infrações penais.

Estabelecida essa premissa, cumpre pontuar duas outras observações acerca do foro por prerrogativa:

a) Quanto ao local da infração: Este pouco importa em se tratando de foro por prerrogativa. A competência será do Tribunal designado mesmo que o local do crime não esteja dentro dos seus limites territoriais de ação. Em suma, a competência penal por prerrogativa de função exclui a regra da competência pelo lugar da infração. Por exemplo, se um juiz do TJGO pratica um crime em São Paulo, o Tribunal competente para julgá-lo será o TJGO. A competência pelo lugar da infração é definida pelo CPP, enquanto o foro por prerrogativa de função dos juízes é uma norma constitucional, devendo esta prevalecer.

b) Continência por cumulação subjetiva: Refere-se a uma única infração com pluralidade de agentes, quando um deles detém foro por prerrogativa de função. A questão da atração pelo foro por prerrogativa (por ser mais graduado) é polêmica. O STF tem oscilado quanto a essa questão, ora admitindo a *vis attractiva*, ora determinando a separação dos processos. Quando admite a



atração, justifica-se pela observância da regra de conexão e continência prevista no art. 78, III, do CPP. Por outro lado, quando determina a separação dos processos, a justificativa é que a regra constitucional do foro por prerrogativa deve prevalecer sobre a regra do art. 78, III, do CPP, já que a conexão e a continência funcionam como critérios de alteração da competência, aplicáveis apenas a hipóteses de competência relativa. A competência absoluta (definida pela CF/88, como a competência funcional e em razão da matéria ou da pessoa) não pode ser modificada, sendo inderrogável.

3.8. Competência da Justiça Federal. A competência da Justiça Federal está delineada pelo art. 109 da Constituição Federal, sendo, portanto, taxativa. Tudo aquilo que não for de sua competência será da Justiça Estadual. Por isso, a competência da Justiça Estadual é considerada residual em relação à da Justiça Federal, ambas pertencentes ao gênero Justiça Comum.

Art. 109, CF/88. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III - as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;



V-A as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

VII - os habeas corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII - os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o "exequatur", e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

XI - a disputa sobre direitos indígenas.



A Justiça Federal, por expressa previsão constitucional, não é competente para julgar contravenções penais (art. 109, IV da CF/88), independentemente de terem sido praticadas por agentes federais ou em detrimento das pessoas mencionadas no art. 109, I da CF/88.

JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA ESTADUAL
Súmula 147, STJ. Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.	Súmula 42, STJ. Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.
Súmula vinculante 36, STF. Compete à Justiça Federal comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar de falsificação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou de Carteira de Habilitação de Arrais-Amador (CHA), ainda que expedidas pela Marinha do Brasil.	Súmula 107, STJ. Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime de estelionato praticado mediante falsificação de guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, quando não ocorrente lesão à autarquia federal.
Súmula 208, STJ. Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.	Súmula 209, STJ. Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.
Súmula 122, STJ. Compete à Justiça Federal o processo e o julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual,	Súmula 38, STJ. Compete à Justiça Estadual Comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que



não se aplicando a regra do art. 78, II, 'a' do CPP.	praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União.
Súmula 151, STJ. A competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do Juízo Federal do lugar da apreensão dos bens	Súmula 522, STF. Salvo ocorrência de tráfico com o exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete a justiça dos estados o processo e o julgamento dos crimes relativos a entorpecentes.
Súmula 165, STJ. Compete à Justiça Federal processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.	Súmula 498, STJ. Compete à justiça dos estados, em ambas as instâncias, o processo e o julgamento dos crimes contra a economia popular.
Súmula 200, STJ. O juízo federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se consumou.	Súmula 140, STJ. Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.
	Súmula 546, STJ. A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.



APOSTA ESTRATÉGICA



A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.

SEPARAÇÃO FACULTATIVA	SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA
Quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes (art. 80, primeira parte, CPP)	Concurso entre a jurisdição comum e a militar (art. 79, I, CPP)
Quando, pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação. (art. 80, segunda parte, CPP).	Concurso entre a jurisdição comum e o juízo de menores (art. 79, II, CPP).
	Quando sobrevier doença mental em relação a um corréu (art. 79, §1º c/c art. 152, CPP). Logo, em relação ao réu a quem sobreveio doença mental, o processo ficará suspenso até que se restabeleça. Em relação aos demais réus, segue normalmente o processo e julgamento.
	Quando houver corréu foragido que não possa ser julgado à revelia (art. 79, §2º c/c art. 366, CPP).
	Quando não houver número mínimo de jurados no Tribunal do Júri (estouro de urna – art. 469, § 1º, CPP).

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA ESTADUAL
Competência taxativa (delineada pelo art. 109, CF/88)	Competência RESIDUAL
Súmula 147, STJ. Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.	Súmula 42, STJ. Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.
Súmula vinculante 36, STF. Compete à Justiça Federal comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar de falsificação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou de Carteira de Habilitação de Arrais-Amador (CHA), ainda que expedidas pela Marinha do Brasil.	Súmula 107, STJ. Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime de estelionato praticado mediante falsificação de guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, quando não ocorrente lesão à autarquia federal.
Súmula 208, STJ. Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.	Súmula 209, STJ. Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.
Súmula 122, STJ. Compete à Justiça Federal o processo e o julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, 'a' do CPP.	Súmula 38, STJ. Compete à Justiça Estadual Comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União.
Súmula 151 do STJ. A competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do Juízo Federal do lugar da apreensão dos bens.	Súmula 522, STF. Salvo ocorrência de tráfico com o exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete a justiça dos estados o processo e o julgamento dos crimes relativos a entorpecentes.
Súmula 165, STJ. Compete à Justiça Federal processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.	Súmula 498, STJ. Compete à justiça dos estados, em ambas as instâncias, o processo e o julgamento dos crimes contra a economia popular.
Súmula 200, STJ. O juízo federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se consumou.	Súmula 140, STJ. Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.
	Súmula 546, STJ. A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. INSTITUTO AOCP - 2024 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial - Acerca da competência no direito processual penal, assinale a alternativa correta.

- A) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- B) A competência por prerrogativa de função, relativa a atos administrativos do agente, prevalece desde que o inquérito ou a ação judicial seja iniciado(a) antes do término do exercício da função pública.
- C) A distribuição para prática de diligências anteriores à denúncia ou queixa, exceto nos casos de concessão de fiança ou decretação de prisão preventiva, não ensejará a prevenção da ação penal.
- D) É possível a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.
- E) Para impedir o tumulto processual, o Juiz é obrigado a proceder com a separação de processos, ainda que repare inconveniente a separação quando diante de um número excessivo de acusados.



Comentários:

A - Incorreta. Nos termos do art. 72 do CPP, não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

B - Incorreta. Como regra, findo o exercício da função pública, extingue-se o foro por prerrogativa de função.

C - Incorreta. A letra fria da lei, no parágrafo único do art. 75 do CPP, dispõe que a distribuição realizada para o efeito da concessão de fiança ou da decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa prevenirá a da ação penal, o que responde nossa questão. Todavia, não esquecer que essa temática foi influenciada com a instituição do juiz das garantias.

D - Correta. Conforme com o previsto no art. 80 do CPP.

E - Incorreta. Não se trata de uma obrigação, mas sim de uma faculdade.

2. INSTITUTO AOCP - 2023 - PC-GO - Escrivão de Polícia da 3ª Classe - Sobre regras de competência, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.

B) Se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a este será remetido o processo, salvo se mais graduada for a jurisdição do primeiro, que, em tal caso, terá sua competência prorrogada.

C) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

D) A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos não se restringe aos crimes de competência da Justiça comum estadual.

E) Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.

Comentários:

A - Incorreta. É como dispõe o art. 75, caput, do CPP.

B - Incorreta. É como dispõe o art. 74, §2º, do CPP.



C - Incorreta. É como dispõe o art. 73 do CPP.

D - Correta. A competência do TJ para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual. Nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau (S. 702, STF). Por exemplo: em um crime federal, caberá ao TRF o julgamento.

E - Incorreta. Está de acordo com art. 107, VI, da CF.

3. INSTITUTO AOCP - 2022 - Governo do Distrito Federal - Policial Penal - Sobre o direito processual penal, julgue o item a seguir.

Prometeu, domiciliado em Curitiba, durante uma viagem a passeio para Londrina, efetuou a compra de um notebook de propriedade de Hera, emitindo um cheque sem fundo, de sua conta corrente, para pagar o objeto. Considerando que Hera é domiciliada em Londrina e que a agência bancária de Prometeu está localizada em Campinas, é correto afirmar que a competência territorial para julgar o delito será do local onde se situa a agência que recusou o pagamento, no caso, o município de Campinas.

() CERTO

() ERRADO

ERRADO. Conforme prevê o art. 70, §4º, do CPP, caberá ao juízo do domicílio da vítima o julgamento do crime de estelionato praticado mediante a emissão de cheque sem fundo.

4. INSTITUTO AOCP - 2021 - ITEP - RN - Agente Técnico Forense - Assinale a alternativa correta tendo em vista as disposições do Código de Processo Penal.

A) No caso de morte do ofendido, o direito de representação passará ao cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.

B) A representação será irretratável, depois de instaurado o inquérito policial.

C) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

D) Regra geral, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.



E) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.

Comentários:

A - Incorreta. Conforme art. 24, § 1º, do CPP, no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

B - Incorreta. Conforme art. 25 do CPP, a representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

C - Correta. Corresponde à redação do art. 71 do CPP.

D - Incorreta. De acordo com o art. 70, caput, do CPP, a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

E - Incorreta. Prevê o art. 70, § 1º, do CPP, que, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

5. 2019. Instituto AOCP. PC-ES. Perito Oficial Criminal – Área 8. Jurisdição é o poder atribuído, constitucionalmente, ao Estado para aplicar a lei ao caso concreto, compondo litígios e resolvendo conflitos. Sobre a temática da competência jurisdicional, assinale a alternativa correta.

A) Continência significa o liame existente entre infrações, cometidas em situações de tempo e lugar que as tornem indissociáveis, bem como a união entre delitos, uns cometidos para, de alguma forma, propiciar, fundamentar ou assegurar outros, além de poder ser o cometimento de atos criminosos de vários agentes reciprocamente.

B) A conexão e a continência não são ordinariamente consideradas causas suficientes para a modificação da competência.

C) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.



D) No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência deste.

E) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores (vara da infância e juventude).

Comentários:

A - Incorreta. Nos casos de continência há apenas uma infração com pluralidade de resultados ou uma infração com pluralidade de pessoas. Lado outro, nos casos de conexão, necessariamente há duas ou mais infrações. A alternativa fala em pluralidade de infrações e, portanto, em conexão (e não em continência).

Art. 76. A competência será determinada pela conexão:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

B - Incorreta. Conexão e continência são causas suficientemente aptas a promover a mudança de competência, desde que respeitados os requisitos legais (como os casos de separação obrigatória de processos previstos no art. 79, CPP).

C - Correta. Corresponde à redação do art. 80, CPP.

Art. 80. Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.

D - Incorreta. A competência do júri prevalece em face da competência de outro órgão da jurisdição comum.

Art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:



I - no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri; (...)

E - Incorreta. Havendo concurso entre a jurisdição comum e a de menores, não haverá reunião de processos.

Art. 79. A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo: (...)

II - no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Disserte sobre o princípio do juiz natural sob a luz da competência.
2. Diferencie competência relativa de competência absoluta e exemplifique.
3. Há diferença entre "foro competente" e "juízo competente"? Como se resolvem os conflitos entre eles?



4. A competência em razão do lugar possui algumas nuances, como a teoria que a embasa, sua hipótese de flexibilização, bem como questões atinentes aos conceitos de crime à distância e crime plurilocal. Ciente disso, disserte sobre cada um desses pontos mencionados quanto a essa espécie de competência.
5. A quem compete processo e julgamento do crime de tráfico de entorpecentes cometido por uma organização criminosa que atua em vários estados do Brasil?
6. A competência do Tribunal do Júri é definida pela natureza da infração, conforme dispõe o art. 74 do CPP. Nesse caso, qualquer crime que envolva a ceifação da vida será de sua competência? O Tribunal do Júri tem competência para julgar outros crimes que não os dolosos contra a vida? Sua competência é prevalente em relação às demais espécies?
7. Diferencie conexão e continência no âmbito do direito processual penal.
8. Disserte sobre as espécies de conexão e continência.
9. A conexão e continência sempre importarão em unidade de processo e de julgamento?
10. Atualmente, qual é a abrangência da competência por foro por prerrogativa de função segundo o STF?



Perguntas com respostas

1. Disserte sobre o princípio do juiz natural à luz da competência.

O princípio do juiz natural, embora não explicitamente previsto no texto da Constituição Federal de 1988, é derivado dos incisos XXXVII e LIII do art. 5º, que garantem a proibição de juízo de exceção e asseguram que ninguém será processado ou julgado senão pela autoridade competente. Este princípio reflete o direito do cidadão de saber, de antemão, qual será a autoridade responsável por processá-lo e julgá-lo, caso venha a cometer uma infração penal. Em outras palavras, ele se refere à designação prévia e objetiva da autoridade jurisdicional com base em regras de competência estabelecidas previamente.

Esse princípio não é violado quando uma norma legal altera a competência e determina a remessa dos autos para um novo juízo. A jurisprudência consolidada entende que a mudança de competência em razão da matéria, conforme determinada por normas legais, não constitui a criação de um "juízo de exceção," o qual é proibido constitucionalmente. Em vez disso, trata-se de uma redistribuição dos processos decorrente de uma reorganização judiciária prevista em lei, que é objetiva e de aplicação geral, e não de uma mudança subjetiva ou direcionada a casos específicos.

2. Diferencie competência relativa de competência absoluta e exemplifique.

A competência absoluta é aquela que tem origem em norma constitucional e tutela o interesse público. Não admite modificações e é improrrogável, sendo presumido seu prejuízo, ensejador de nulidade absoluta. São absolutas as seguintes competências: em razão da matéria, em razão da pessoa e funcional. Já a competência relativa tem fixação pelas regras infraconstitucionais que atendem ao interesse predominante das partes, seja para facilitar o autor o acesso ao Judiciário, seja para propiciar ao réu melhores oportunidades de defesa. Por esse motivo, essa espécie de competência admite prorrogação e modificação e gera uma nulidade relativa, sendo necessária a comprovação do prejuízo dela advindo (pas de nullité sans grief).

3. Há diferença entre "foro competente" e "juízo competente"? Como se resolvem os conflitos entre eles?

Sim, as expressões são diferentes. "Foro competente" diz respeito à competência territorial. Portanto, quando há mais de um foro competente para processar e julgar uma demanda, como no caso do art. 70, §3º, do CPP, o conflito será resolvido pela prevenção.

Já a expressão "juízo competente" refere-se ao órgão jurisdicional específico responsável pelo processo e julgamento da infração penal praticada. Assim, se houver mais de um juízo competente na mesma comarca, o conflito será resolvido pela distribuição.



4. A competência em razão do lugar possui algumas nuances, como a teoria que a embasa, sua hipótese de flexibilização, bem como questões atinentes aos conceitos de crime à distância e crime plurilocal. Ciente disso, disserte sobre cada um desses pontos mencionados quanto a essa espécie de competência.

A competência em razão do lugar considera a teoria do resultado, ou seja, o local da infração é aquele onde ocorreu a consumação do delito ou, em caso de tentativa, o lugar onde foi praticado o último ato de execução. No entanto, essa teoria não é sempre aplicável de forma irrestrita.

É importante observar que, no caso de crimes contra a vida (doloso ou culposos), se os atos de execução ocorrerem em um local e a consumação em outro, a competência para julgar o fato será do local onde foi praticada a conduta, adotando-se a teoria da atividade. Isso ocorre porque no local da execução é onde é mais provável reunir elementos de prova e informações sobre a dinâmica do delito (STF, Informativo 715).

Além disso, a matéria da competência pelo lugar da infração é regulada pelo art. 70 do CPP. Os parágrafos primeiro e segundo abordam a competência em crimes à distância, isto é, crimes em que a ação ou a consumação ocorrem fora do território nacional. Nesse caso, se a execução começar no território nacional e a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar no Brasil onde foi praticado o último ato de execução. Se o último ato de execução ocorrer fora do território nacional, a competência será do juiz do local onde o crime, mesmo que parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.

O parágrafo terceiro trata da hipótese de crime plurilocal, isto é, quando a ação e a consumação ocorrem dentro do território nacional, mas em locais diferentes (diferentes foros competentes), sendo a questão da competência resolvida pela prevenção.

5. A quem compete processo e julgamento do crime de tráfico de entorpecentes cometido por uma organização criminosa que atua em vários estados do Brasil?

Nos termos da Súmula 522, STF, “salvo ocorrência de tráfico com o exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete a justiça dos estados o processo e o julgamento dos crimes relativos a entorpecentes”.

6. A competência do Tribunal do Júri é definida pela natureza da infração, conforme dispõe o art. 74 do CPP. Nesse caso, qualquer crime que envolva a ceifação da vida será de sua competência? O Tribunal do Júri tem competência para julgar outros crimes que não os dolosos contra a vida? Sua competência é prevalente em relação às demais espécies?

De acordo com o art. 74 do CPP, a competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo quanto à competência privativa do Tribunal do Júri. A competência



do Júri é fixada constitucionalmente no art. 5º, XXXVIII, 'd', que estabelece a competência para julgar crimes dolosos contra a vida. Entretanto, nem sempre a prática de um delito que resulte na morte dolosa da vítima será julgada pelo Júri. Por exemplo, no crime de latrocínio (art. 157, §3º, CP), que envolve a morte da vítima, a competência é do juiz singular e não do Júri, pois o latrocínio é considerado um crime contra o patrimônio e não um crime doloso contra a vida, conforme a Súmula 603 do STF.

Além disso, a competência do Júri não se limita apenas ao julgamento de crimes dolosos contra a vida. Se houver conexão entre um crime doloso contra a vida e outro de natureza diversa, o Tribunal do Júri será competente para julgar ambos os delitos, não havendo separação dos processos.

Finalmente, a competência do Júri, por ter base constitucional, prevalece sobre a competência da jurisdição comum (art. 78, I, do CPP) e sobre a competência por foro por prerrogativa de função prevista exclusivamente em constituições estaduais, conforme estabelece a Súmula Vinculante 45 do STF. Contudo, no caso de competência por prerrogativa de função prevista na Constituição Federal, esta prevalecerá sobre a competência do Júri, pois possui maior especificidade e igual hierarquia.

7. Diferencie conexão e continência no âmbito do direito processual penal.

Na esfera do direito processual penal, a conexão ocorre quando se está diante de duas ou mais infrações, sendo a pluralidade de infrações uma condição essencial para a configuração da conexão. De acordo com o art. 76 do CPP, a conexão se verifica quando essas infrações apresentam entre si um nexo lógico de ligação, que pode estar relacionado tanto com o próprio fato quanto com as provas dele decorrentes. Em contraste, a continência ocorre quando há uma única infração, mas com pluralidade de pessoas ou de resultados, conforme estipulado no art. 77 do CPP.

8. Disserte sobre as espécies de conexão e continência.

A conexão, que envolve pluralidade de infrações ligadas por um nexo lógico quanto ao fato ou à prova, apresenta espécies. Será conexão intersubjetiva (substantiva) na hipótese do inciso I do art. 76, subdividindo-se em: a) conexão intersubjetiva por simultaneidade, quando há uma pluralidade de pessoas, sem, contudo, um ajuste prévio de vontade entre elas (não é caso de concurso de pessoas, não há liame subjetivo), de modo que, diante de uma situação fática, várias pessoas, ao mesmo tempo, simultaneamente, praticam infrações penais, como ocorre nas depreciações, nos saques; b) conexão intersubjetiva por concurso, quando há pluralidade de infrações praticadas por mais de uma pessoa, porém em concurso, com divisão de tarefas, mesmo que não sejam praticadas ao mesmo tempo e nem no mesmo lugar; c) conexão intersubjetiva por reciprocidade, quando



duas ou mais infrações são praticadas ao mesmo tempo por várias pessoas, umas contra as outras, tal como ocorre em brigas de torcida.

Além disso, haverá conexão objetiva (substantiva), que pode ser teleológica, quando se praticar uma infração com intuito de facilitar a prática de outra; ou pode ser consequencial, quando uma infração por cometida para ocultar, conseguir impunidade ou vantagem em relação a outra infração. Ainda, pode haver conexão probatória ou instrumental (processual), quando a prova de uma infração ou qualquer de suas circunstâncias elementares incluir na prova de outra infração.

Já acerca da continência, unidade de infração com pluralidade de pessoas ou de resultados, haverá classificação como continência por cumulação subjetiva no primeiro caso e como continência por cumulação objetiva, no segundo.

9. A conexão e continência sempre importarão em unidade de processo e de julgamento?

Via de regra, a conexão e a continência importam reunião de processo e julgamento, mas nem sempre será assim, por expressa previsão legal. Num primeiro momento, não obstante a conexão e a continência, não haverá a reunião processual se um dos processos já estiver com sentença de mérito proferida. Nesse caso, a unidade de processos só se dará ulteriormente para o efeito da soma ou de unificação das penas. Ademais, também poderá haver a quebra da unidade processual e de julgamento tanto por uma imposição legal (separação obrigatória) quanto por uma faculdade do juiz em determinadas hipóteses.

A separação será facultativa quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes ou quando, pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação (art. 80, CPP). Por outro lado, será obrigatória quando: a) houver concurso entre a jurisdição comum e a militar (art. 79, I, CPP); b) quando houver concurso entre a jurisdição comum e o juízo de menores (art. 79, II, CPP); c) quando sobrevier doença mental em relação a um corréu (art. 79, §1º c/c art. 152, CPP); d) quando houver corréu foragido que não possa ser julgado à revelia (art. 79, §2º c/c art. 366, CPP) e, e) quando não houver número mínimo de jurados no Tribunal do Júri (estouro de urna, art. 469, §1º, CPP).

10. Atualmente, qual é a abrangência da competência por foro por prerrogativa de função segundo o STF?

A competência por prerrogativa de função não é estabelecida em razão da pessoa que exerce determinada função, mas sim como um instrumento para resguardar a própria função exercida pelo agente, não se tratando de um privilégio. Após oscilar muito seu entendimento, atualmente,



entende a Suprema Corte que a prerrogativa de foro para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão da função subsiste mesmo após o afastamento do cargo, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois de cassado seu exercício. O intuito dessa nova orientação é assegurar a imparcialidade, a independência do julgamento e inibir deslocamentos que resultem em lentidão, ineficácia e até mesmo prescrição das infrações penais.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. INSTITUTO AOCP - 2024 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial - Acerca da competência no direito processual penal, assinale a alternativa correta.

- A) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- B) A competência por prerrogativa de função, relativa a atos administrativos do agente, prevalece desde que o inquérito ou a ação judicial seja iniciado(a) antes do término do exercício da função pública.
- C) A distribuição para prática de diligências anteriores à denúncia ou queixa, exceto nos casos de concessão de fiança ou decretação de prisão preventiva, não ensejará a prevenção da ação penal.
- D) É possível a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.
- E) Para impedir o tumulto processual, o Juiz é obrigado a proceder com a separação de processos, ainda que repute inconveniente a separação quando diante de um número excessivo de acusados.

2. INSTITUTO AOCP - 2023 - PC-GO - Escrivão de Polícia da 3ª Classe - Sobre regras de competência, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.
- B) Se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a este será remetido o processo, salvo se mais graduada for a jurisdição do primeiro, que, em tal caso, terá sua competência prorrogada.
- C) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.



D) A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos não se restringe aos crimes de competência da Justiça comum estadual.

E) Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.

3. INSTITUTO AOCP - 2022 - Governo do Distrito Federal - Policial Penal - Sobre o direito processual penal, julgue o item a seguir.

Prometeu, domiciliado em Curitiba, durante uma viagem a passeio para Londrina, efetuou a compra de um notebook de propriedade de Hera, emitindo um cheque sem fundo, de sua conta corrente, para pagar o objeto. Considerando que Hera é domiciliada em Londrina e que a agência bancária de Prometeu está localizada em Campinas, é correto afirmar que a competência territorial para julgar o delito será do local onde se situa a agência que recusou o pagamento, no caso, o município de Campinas.

() CERTO

() ERRADO

4. INSTITUTO AOCP - 2021 - ITEP - RN - Agente Técnico Forense - Assinale a alternativa correta tendo em vista as disposições do Código de Processo Penal.

A) No caso de morte do ofendido, o direito de representação passará ao cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.

B) A representação será irretratável, depois de instaurado o inquérito policial.

C) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

D) Regra geral, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

E) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.



5. 2019. Instituto AOCP. PC-ES. Perito Oficial Criminal – Área 8. Jurisdição é o poder atribuído, constitucionalmente, ao Estado para aplicar a lei ao caso concreto, compondo litígios e resolvendo conflitos. Sobre a temática da competência jurisdicional, assinale a alternativa correta.

A) Continência significa o liame existente entre infrações, cometidas em situações de tempo e lugar que as tornem indissociáveis, bem como a união entre delitos, uns cometidos para, de alguma forma, propiciar, fundamentar ou assegurar outros, além de poder ser o cometimento de atos criminosos de vários agentes reciprocamente.

B) A conexão e a continência não são ordinariamente consideradas causas suficientes para a modificação da competência.

C) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.

D) No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência deste.

E) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores (vara da infância e juventude).



Gabarito

GABARITO



1. Letra D
2. Letra D
3. ERRADO
4. Letra C
5. Letra C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.